

ESTRATÉGIAS DE PESQUISA QUALITATIVA NO ESTUDO DA VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA

ISABEL DIAS¹⁴

Considerações iniciais

A violência na família não é um fenómeno recente, pelo contrário, ela tem atravessado, praticamente, todas as sociedades e épocas histórico-sociais. Embora a opinião pública e a opinião política, em particular, nem sempre tenham prestado a devida atenção a este fenómeno, nos nossos dias, assiste-se a uma rápida expansão da consciência de que a violência doméstica começa a atingir graves proporções.

Apesar de ser um fenómeno antigo, a violência doméstica constitui uma área de pesquisa recente. Enquanto objecto de investigação, este fenómeno permaneceu, relativamente, oculto até ao início dos anos 70. Por exemplo, no *Journal of Marriage and the Family* entre 1939 e 1970 não foi publicado um único título que incluisse a palavra “violência” (Steinmetz, 1987).

A descoberta dos abusos sobre as crianças constituiu um primeiro passo para o reconhecimento deste problema social. As evidências radiológicas decorrentes de exames realizados a crianças que tinham que recorrer aos Serviços de Urgência de diversos Hospitais, a par de testemunhos de familiares, vizinhos e amigos, em muito contribuíram para o despertar da consciência científica para este fenómeno social. A aceitação do estatuto científico deste fenómeno ficou reforçada quando os abusos cometidos sobre as crianças na família passaram a ser designados por “síndrome da criança batida” (Gelles, 1993).

Rapidamente a pesquisa científica reconheceu que outras formas de agressões e abusos eram, igualmente, importantes enquanto objecto de pesquisa. Assim, para além de se passar a considerar a negligência e o abandono como formas de maus-tratos sobre as crianças, nos anos 70 e início dos anos 80, o estudo deste fenómeno começou a considerar a análise das causas e consequências das agressões e dos abusos sexuais experimentados pelas mulheres nos seus próprios lares. Tal expansão resultou, em primeiro lugar, do esforço das feministas e do Movimento das Mulheres, em geral, para chamar a atenção da opinião pública para o largo espectro da vitimização da mulher,

¹⁴ Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

dando origem a toda uma literatura dedicada ao “síndrome da mulher batida” (Allen e Baber, 1994).

Já, no final dos anos 70, também os maus-tratos infligidos sobre os idosos passaram a ser identificados como uma das componentes da violência doméstica. Mas, o estudo da violência na família, durante este período, permanecia compartimentado. Cada domínio tinha os seus especialistas, as suas fontes e respectivos jornais académicos. Os investigadores raramente comunicavam e partilhavam entre si os conhecimentos e os resultados alcançados, o que sucedia muito frequentemente entre os especialistas dos abusos sobre crianças e os que se dedicavam ao estudo das agressões cometidas sobre as mulheres.

Para além deste carácter estanque existente no estudo da violência na família, entre 1960 e 1970, a investigação preocupava-se em analisar a extensão da violência na família, os factores que lhe estavam associados e as suas explicações causais. Nos anos 80 e 90, a pesquisa passou a estar menos interessada em medir a extensão da violência na família e dirigiu a sua atenção para a natureza dos abusos cometidos no lar e para as alterações nas taxas de violência. Paralelamente, prosseguiu o interesse com o estudo dos factores associados à violência doméstica, mas aumentou a incidência na análise das consequências de ser um membro da família vitimizado (Gelles, 1993). Mais recentemente, a investigação tem-se preocupado em delinear estratégias de prevenção e em avaliar a eficácia dos programas aplicados com vista à redução da violência familiar.

O reconhecimento do estatuto científico deste fenómeno, e de todos os desenvolvimentos citados, fez-se acompanhar por uma evolução do próprio conceito de violência. Se, inicialmente, a violência na família não era identificada como um fenómeno holístico, sendo este termo aplicado a um conceito vago de maus-tratos que incluía fazer mal mas não, necessariamente, actos fisicamente violentos (Gelles, 1993), hoje, “(...) vive-se num tempo social em que a noção de violência tem sido alargada e extensiva a actos e situações que historicamente, mesmo em épocas recentes, não eram considerados violentos” (Lourenço e Lisboa, 1992).

Desta forma, pensamos que o termo violência deve ser encarado no seu duplo aspecto activo e passivo e nas suas múltiplas manifestações cobrindo desde a agressão física, emocional, psicológica, simbólica, sexual (Coimbra e Outros, 1990), até à violência situada numa perspectiva macrossocial e que é experimentada pelas dificuldades de acesso à saúde, ao emprego, à educação e à cultura. A violência na família constituiu um fenómeno complexo, multifacetado e transversal. Ela não afecta um único tipo de

família, um único grupo de pessoas, um único sexo, uma única faixa etária ou classe social. Por esta razão, exige o recurso a abordagens teóricas e metodológicas interdisciplinares.

2. As estratégias qualitativas no estudo da violência na família: virtualidades e limitações

2.1. Actualmente podemos identificar várias abordagens teóricas deste fenómeno (Steinmetz, 1987), implicando a sua adopção o accionamento de metodologias e variáveis explicativas específicas. Porém, é nossa intenção, na presente comunicação, incidir sobre os problemas metodológicos suscitados pela análise da violência na família, e nas estratégias de pesquisa qualitativa ao dispor do investigador que pretenda realizar uma análise empírica.

A partir do momento em que o investigador decide estudar este fenómeno e que avança para o terreno, ele vê-se confrontado com problemas metodológicos acrescidos. Em primeiro lugar, a natureza privada do fenómeno a par da sua fraca visibilidade (Fernandes, 1994) tornam a observação directa das situações de violência doméstica, praticamente, inacessível, o que faz com que o seu acesso seja, quase sempre, mediatizado.

A maior parte dos estudos sobre a violência na família são retrospectivos, o que levanta problemas de validade e fiabilidade da informação recolhida. De facto, o entrevistado nem sempre consegue recordar de forma rigorosa e detalhada todos os factos e emoções presentes nas situações de violência doméstica. Na sequência desta dificuldade, os incidentes menores podem vir a ser esquecidos ou redefinidos, e as emoções que contornam os acontecimentos podem conduzir o entrevistado a suavizar a gravidade dos actos cometidos.

Um segundo e importante problema metodológico reside na necessidade do entrevistado dar de si e da sua família uma imagem conforme com a normalidade social. Pode ser muito constrangedor assumir que determinada família tem um problema de violência sobre os seus membros, dado que é cada vez maior a intolerância social face a estas situações. Como resultado, os indivíduos podem ser levados a minimizar a severidade dos actos violentos (por exemplo, uma forte agressão pode ser relatada apenas como algumas bofetadas). Esta redefinição do acto violento pode constituir, também, uma tentativa de resolver uma dissonância cognitiva produzida quando diferentes valores e crenças coexistem. Porque a agressão não é considerada como uma

resposta normal de quem ama outra pessoa, o indivíduo pode redefinir o comportamento violento com vista a validar e perpetuar o sentimento que continua a nutrir pelo agressor e a reduzir a dissonância.

A tendência para a informação ser recolhida, geralmente, a partir do testemunho da mulher/esposa (que, nalguns casos, é vítima) constitui um terceiro problema metodológico. Independentemente da mulher surgir mais frequentemente como vítima da violência conjugal, não podemos negar que, por vezes, as mulheres utilizam a violência na sua relação conjugal, que elas iniciam actos violentos e que desenvolvem injúrias sobre os homens (Straus, 1988). No entanto, a questão da violência contra os homens é mais difícil de ser provada porque, neste domínio, é ainda maior a ausência de registos destes casos, assim como são maiores os constrangimentos de ordem social, nomeadamente o risco de ridicularização do homem agredido. Para contornar esta dificuldade metodológica é importante fazer uma análise da congruência das respostas dadas pelas mulheres entrevistadas, cruzando-as com outros testemunhos, nomeadamente dos maridos/companheiros, dos filhos, dos familiares, dos amigos e de outros informantes privilegiados (vizinhos, assistentes sociais, etc.).

A definição inadequada dos conceitos teóricos utilizados a par de uma sua incorrecta operacionalização, a confusão entre as correlações e as causas da violência bem como a utilização de amostras pouco rigorosas aumentam o conjunto de problemas metodológicos supracitados.

2.2. Para além destas dificuldades metodológicas suscitadas pela análise da violência na família, persiste a ideia de que se trata de uma “população difícil de estudar”. De facto a selecção de uma amostra desta população surge como uma das tarefas mais complexas. Não existe informação sistemática que permita a identificação dos casais com história de violência conjugal e das famílias violentas, o que torna esta população pouco acessível. Os agressores, geralmente, são relutantes em participar em programas de investigação, e a natureza instável destes casais e destas famílias cria dificuldades acrescidas aos investigadores. Estes têm-se socorrido de várias estratégias de selecção dos casais e das famílias com história de violência.

Assim, enquanto alguns investigadores trabalham com amostras representativas (Straus, 1988), outros trabalham com voluntários solicitados através de anúncios dirigidos a mulheres batidas ou a homens agressores, outros recorrem, ainda, a agências, abrigos e serviços de protecção às vítimas da violência familiar, a serviços clínicos e de urgência

dos grandes hospitais, aos registos policiais sobre casais que solicitaram a intervenção da polícia para a resolução de conflitos domésticos e até aos párocos de certas comunidades, com vista a obterem informação sobre as famílias com história de violência (Rosenbaum,1988).

Por isso, no âmbito da abordagem deste fenómeno, a selecção e construção de uma amostra surge como uma das dimensões que, em termos metodológicos, merece uma atenção particular. O recurso a diferentes meios e critérios para a selecção e construção de uma amostra tem implicações diferentes ao nível da informação recolhida, da sua validade, fiabilidade e do próprio significado da informação para o indivíduo que a transmite. Por exemplo, as mulheres que procuram os abrigos, geralmente, estão separadas dos maridos, o que já é uma situação diferente daquelas mulheres que procuram os Serviços de Urgência dos hospitais para se tratarem das injúrias físicas de que foram alvo e que, muito provavelmente, voltam para casa sem sequer apresentar queixa contra o agressor.

Também é diferente a informação proporcionada por voluntários seleccionados através de anúncios. Estes indivíduos têm que passar por um conjunto de testes para se observar se são, efectivamente, indivíduos violentos (neste caso, uma das escalas mais utilizadas para medir a personalidade violenta é a *Conflict Tactics Scales*¹⁵). O recurso a amostras intencionais suscita, igualmente, problemas delicados. Por exemplo, o pároco de uma comunidade, para além de correr o risco de quebrar o sigilo profissional, pode dar uma informação baseada nas avaliações subjectivas do comportamento das famílias da sua comunidade.

Da mesma forma, o investigador que recorre aos serviços de apoio e protecção das vítimas, para além de encontrar pessoas emocional e fisicamente fragilizadas, depara-se com o fenómeno de “construção social do cliente” (Loseke, 1992). Estas organizações encadeiam processos de “making up people” através dos serviços que prestam, acabando por transformar a heterogeneidade das situações de violência daquelas mulheres numa homogeneidade de histórias de vida. Dá-se uma espécie de processamento das pessoas em clientes, atribuindo-as a categorias (de “mulher batida”, por exemplo) e tratando-as em termos e em função dessas mesmas categorias. Este complexo processo de construção social do cliente faz com que a “heterogeneidade das realidades vividas seja transformada”, pelos funcionários destas instituições, numa homogeneidade de tipos sociais conformes com as imagens socialmente construídas pelo público e entidades que

¹⁵ Ver Straus, Murray A., *Behind Closed Doors. Violence in the American Family*, Newbury Park, Sage Publications, 1988.

apoiam estes serviços. O que também tem implicações na selecção dos indivíduos, pois são, precisamente, estes funcionários que indicam os casos de mulheres batidas existentes nos serviços de apoio às vítimas.

Por outro lado, o facto de uma mulher pertencer a uma amostra pode representar um risco para ela, sobretudo, se o agressor suspeitar que a sua inclusão naquela amostra resultou de uma denúncia da situação de maus-tratos. Mesmo quando o casal concorda em participarem ambos numa pesquisa, pode existir coacção no sentido de se omitir informação relativa a certos abusos, bem como podem surgir dados contraditórios no seio do casal. É preciso salientar que os cônjuges diferem nas suas respostas, mesmo sobre questões muito objectivas.

Por todas estas razões, a constituição de uma amostra emerge como uma tarefa difícil no âmbito de um tema que, pela sua natureza privada e, geralmente, retrospectiva, se torna pouco acessível. Mas é, também, por estas razões que o fenómeno da violência na família se tem tornado, cada vez mais, numa área de interesse profissional e científico crescente.

2.3. A abordagem qualitativa

As dificuldades metodológicas, anteriormente, apresentadas, a par da natureza privada e retrospectiva do fenómeno da violência doméstica, podem conduzir o investigador a optar por uma abordagem qualitativa. Deste modo, o investigador passará a estar atento à acção social, a qual “abrange o comportamento físico e ainda os significados que lhe atribuem o actor e aqueles que interagem com ele” (Hédera e Outros, 1994). De acordo com este paradigma, o investigador terá em conta, sobretudo, a “acção-significado” o que neste caso é muito pertinente, na medida em que, devido à heterogeneidade da violência doméstica, importa ter em consideração as práticas mas também o, significado que os indivíduos, situados em determinado contexto social e familiar, atribuem a esses comportamentos violentos. O paradigma qualitativo permite, assim, ao investigador, apreender a variabilidade de relações entre as práticas de violência doméstica e os significados que lhe são atribuídos pelos actores através das suas interacções sociais.

A adopção deste paradigma tem, igualmente, implicações na forma como o investigador define o próprio “desenho da pesquisa”. Neste sentido, é necessário começar por precisar o papel da teoria no estudo deste fenómeno. Se, para os racionalistas “à teoria é conferido o papel de comando do conjunto do trabalho científico” (Pinto e Almeida, 1986), já, no âmbito do paradigma qualitativo, a teoria pode surgir no início ou no final

da investigação, tudo depende do facto de esta se situar no *contexto da prova*¹⁶ ou no *contexto da descoberta*. Assim, se a investigação se situar no *contexto da prova* o objectivo primordial é o de verificar uma dada teoria, enquanto no *contexto da descoberta*¹⁷ a formulação de teorias ou de modelos de análise pode ser efectuada com base em hipóteses elaboradas quer no decurso, quer no final da investigação (Hébert e Outros, 1994).

No caso particular do estudo da violência na família poder-se-ia privilegiar ambos os contextos. Tal decisão dependerá, sobretudo, do estado actual dos conhecimentos, mas também do grau de conhecimento empírico desta realidade bem como dos objectivos da pesquisa e do próprio investigador. No entanto, se o conhecimento empírico do investigador sobre este fenómeno for insuficiente e se ele estiver interessado em adoptar uma postura de observação da realidade e de escuta atenta dos testemunhos dos actores sociais implicados, deve privilegiar o *contexto da descoberta* como contexto de partida para a sua investigação.

Aliás, tal opção é particularmente útil na fase de construção da problemática e de início do trabalho de campo. Uma primeira fase exploratória, poderá, no âmbito do estudo da violência na família, pôr em evidência hipóteses de pesquisa, permitindo um conhecimento teórico e concreto do objecto de estudo (Quivy e Campenhoudt, 1992), e para o qual são essenciais as leituras do património teórico existente, bem como as entrevistas com um fim exploratório. As primeiras permitem ao investigador fazer o balanço sobre o estado dos conhecimentos acerca do objecto estudado, as segundas contribuem para a descoberta das dimensões importantes a ter em conta na pesquisa e alargam ou rectificam o campo de investigação das leituras. No fundo, as “leituras dão um enquadramento às entrevistas exploratórias e estas esclarecem-nos quanto à pertinência desse enquadramento” (Quivy e Campenhoudt, 1992). No caso particular deste fenómeno, esta fase exploratória permitiria ao investigador descobrir e reflectir

¹⁶ De acordo com Hébert, Michelle Lessard et al., quando a investigação científica se situa no contexto da prova o grande objectivo é o da verificação de uma determinada teoria “independentemente da maneira como esta foi elaborada ou formulada; as condições psicológicas (intuição, “insight”, “induction”), históricas ou sociais que presidiram à sua descoberta não são tomadas em linha de conta”. No entanto, a ideia da prova, no contexto da abordagem qualitativa, só é colocada em acção após o início da recolha dos dados, altura em que são, então, formuladas as primeiras hipóteses. Ver *Investigação Qualitativa - Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget, 1994, pp. 95-96.

¹⁷ De acordo com o mesmo autor, as metodologias qualitativas “privilegiam o contexto da descoberta como contexto de partida de uma investigação (aquando da formulação da problemática e do início do trabalho de campo), contexto ao qual está, aliás, associada a abordagem indutiva”. As metodologias qualitativas caracterizam-se pelo processo indutivo exploratório e pela formulação de teorias interpretativas e prescritivas. Ver *O. c.*, pp. 95-96.

sobre aspectos que até então não foram equacionados e completar as pistas de trabalho sugeridas pela análise bibliográfica.

Apesar de uma parte significativa dos estudos que recorrem a metodologias qualitativas privilegiarem o *contexto da descoberta*, tal não significa que o *contexto da prova* seja uma ideia completamente rejeitada, só que na maior parte dos casos ele só é accionado, pelo investigador, quando a formulação das hipóteses e a recolha dos dados já foi efectuada.

A recolha, tratamento e análise dos dados constitui uma fase crucial em qualquer pesquisa. Situados, ainda, no paradigma qualitativo importa identificar os procedimentos técnicos que poderiam ser utilizados, pelo investigador, para recolher informação sobre o fenómeno da violência na família. Desta forma, as técnicas a privilegiar poderiam ser:

- a entrevista: principalmente a entrevista livre ou não estruturada (não-directiva) e a semi-directiva (semi-estruturada). O primeiro tipo de entrevista seria utilizado, sobretudo, na fase exploratória uma vez que é a que melhor corresponde à essência da entrevista qualitativa (Quivy e Campenhoudt,1992), permitindo a recolha de dados variados e detalhados que possam ser utilizados na pesquisa; e o segundo tipo de entrevista, embora possuindo alguma estruturação, sobretudo ao nível dos temas que compõem o guião, permitir-nos-ia o acesso a informação rica, complexa e profunda, uma vez que ao entrevistado é dada plena liberdade para falar sobre os temas que lhe eram propostos. O facto de o entrevistado poder responder exaustivamente e segundo a sua própria linguagem faz com que, apesar de ser menos ambígua, este tipo de entrevista conserve toda a sua complexidade.

A administração de entrevistas semi-directivas à população a estudar permitiriam, ao investigador, observar as interacções e dinâmicas familiares, as estratégias de socialização das famílias, a sutileza dos abusos cometidos, os temas e as práticas de dominação, a diversidade de atitudes e comportamentos violentos, o ciclo da violência, a sua transmissão intergeracional mas também os seus efeitos psicológicos, familiares e sociais.

- a observação: embora seja um procedimento muito associado às metodologias qualitativas, sobretudo a observação-participante, no caso do nosso objecto, a sua aplicação é praticamente impossível¹⁸, o mesmo sucedendo com a observação directa e

¹⁸ Apesar de difícil aplicação, o estudo conduzido por Laurence E. Lynn Jr. (1992) constitui, neste domínio, uma excelente excepção. Esta autora baseou-se nos dados obtidos através da observação-participante em abrigos privados para “mulheres-batidas”, para nos mostrar o processo de “construção social do cliente” (“making up people”) através dos serviços prestados por estas organizações. No entanto, há que salientar que a observação-participante realizou-se não no espaço doméstico, local onde ocorre, frequentemente, as situações de violência familiar, mas em “abrigos” para mulheres batidas, ou seja, num local que só é procurado em consequência da violência conjugal e familiar. A observação das situações de violência doméstica não se pode realizar, nunca, no momento e no local onde ocorrem. Por esta razão, é um procedimento dificilmente utilizável no estudo da

sistemática das práticas de violência doméstica. O estudo deste fenómeno suscita grandes problemas éticos e deontológicos, na medida em que o investigador tenta captar dimensões profundas da experiência humana e familiar. Por outro lado, trata-se de uma realidade eminentemente privada, pelo que só se tem acesso às práticas de violência num momento posterior à sua ocorrência. Por estas razões, ambas as modalidades de observação encontram dificuldades na sua aplicação. Por outro lado, a observação directa e sistemática da realidade é uma técnica mais raramente associada às metodologias qualitativas, pelo facto de implicar uma pré-definição das unidades de observação a serem aplicadas. Por seu turno, os dados assim obtidos podem ser quantificados (isto é, podem ser transformados em tabelas de frequências), o que leva alguns dos defensores do paradigma qualitativo “puro” a recusar este instrumento de observação. A observação directa só é aceite como uma técnica útil no âmbito deste paradigma, quando surge na sequência de uma fase exploratória que tenha permitido elaborar uma grelha com categorias pré-definidas de observação.

- a análise documental seria um procedimento essencial em todos os momentos da pesquisa. Inicialmente, permitir-nos-ia fazer um levantamento de todo o património teórico existente sobre o tema recorrendo-se, para o efeito, a fontes privadas e oficiais, para de seguida nos proporcionar um instrumento de análise de extrema importância. Trata-se da análise de conteúdo, qualitativa e/ou quantitativa, a aplicar na análise das entrevistas exploratórias e das entrevistas semi-directivas.

O paradigma qualitativo abarca um conjunto de abordagens e de procedimentos técnicos que, seguramente, não podem ser ilustrados nesta comunicação. Pretendemos, neste caso, demonstrar alguns dos instrumentos que, associados às metodologias qualitativas, podem ser aplicados ao estudo do fenómeno da violência na família. Porém, aquelas não têm, necessariamente, que recusar os procedimentos de quantificação, pelo contrário, alguns desses procedimentos são possíveis no âmbito destas metodologias. Aliás, no domínio da investigação qualitativa, os investigadores cada vez mais se mostram interessados pela sistematização dos métodos de registo e recolha dos dados, e pelo seu tratamento e análise através de meios informáticos.

O facto de as metodologias qualitativas quando aplicadas à análise do fenómeno da violência na família, nos proporcionarem um enquadramento integrador para a compreensão de como as práticas de violência e a diversidade dos abusos podem

funcionar como estratégias de dominação e de controlo, não significa que se deva dispensar, completamente, o recurso às metodologias quantitativas. Pelo contrário, é importante ter acesso não só às experiências profundas da população estudada, mas também avançar para medidas mais objectivas da violência familiar. O que é possível através, por exemplo, de certas escalas de atitudes que nos permitem medir com maior rigor quer a intensidade de determinados actos e comportamentos abusivos, quer o grau, frequência e tipo de violência praticada. Referimo-nos, por um lado, às denominadas “escalas de intensidade” (Ghiglione e Matalon, 1992) que permitem medir o grau de aceitação ou de recusa, o grau de acordo ou de desacordo face a uma determinada situação, acontecimento ou comportamento, e à “Conflict Tactics Scale” (Straus, 1988) que permite avaliar a frequência com que os conflitos e comportamentos abusivos ocorrem, proporcionando a construção de tipologias de classificação da violência familiar.

Finalmente, a opção por uma abordagem qualitativa ou quantitativa não é fácil nem tão pouco constitui uma decisão simples. É evidente que se nos posicionarmos num único paradigma beneficiamos de algumas comodidades relativas às directivas por ele fornecidas quanto ao “desenho” da pesquisa, mas também enfrentamos a grande limitação de não poder dispor das vantagens fornecidas pela complementaridade entre as metodologias qualitativas e as metodologias quantitativas. Recorrer, numa pesquisa, a ambos os paradigmas pode ser dispendioso, exigir muito tempo e grandes recursos, no entanto, a complementaridade entre as estratégias metodológicas qualitativas e quantitativas, embora não sendo fácil, é recomendável e, mesmo, indispensável (Pinto, 1985). Recomendação que se torna particularmente importante no estudo do fenómeno da violência na família, devido à sua natureza privada, complexa e multifacetada.

BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, K. R. & BABER, K. M. (1994) “Issues of Gender: A Feminist Perspective”, in P. C. McKenry & S. J. Price (eds.), *Families and Change*, California, Sage Publications.
- ALMEIDA, J. Ferreira de, PINTO, José Madureira (1986): “Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais”, in *Metodologia das Ciências Sociais*, José M. Pinto, Augusto S. Silva (orgs.), Porto, Edições Afrontamento.
- AMMERMAN, Robert T., HERSEN, Michel (1990): *Case Studies in Family Violence*, New York, Plenum Press.
- COIMBRA, Alexandra, FARIA, Ana, MONTANO, Teresa (1990): “ANOVA: Centro de apoio e de intervenção na crise para crianças vítimas de maus tratos”, in *Análise Psicológica*, nº 2, Lisboa, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, pp. 193 - 201.

- CRESWELL, John W. (1994): *Research Design - Qualitative and Quantitative Approaches*, London, Sage Publications.
- FELDMAN, Martha S. (1995): *Strategies for Interpreting Qualitative Data*, California, Sage Publications.
- FERNANDES, António Teixeira (1994): “Os direitos do homem nas sociedades democráticas. A violência na família”, in *Sociologia*, nº 4, vol IV, Faculdade de Letras do Porto, pp. 7- 47.
- GELLES, Richard J. (1993): “Family Violence” in *Family Violence - Prevention and Treatment*, Robert L. Hampton et al. (eds.), London, Sage Publications.
- GHIGLIONE, Rodolphe, MATALON, Benjamin (1992): *O Inquérito - Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- HÉBERT, Michelle Lessard, GOYETTE, Gabriel, BOUTIN, Gérald (1994): *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*, Lisboa, Instituto Piaget.
- LOURENÇO, Nelson, LISBOA, Manuel (1992): *Representações da Violência*, Lisboa, Ministério da Justiça, Centro de Estudos Judiciários.
- LOSEKE, Donileen R. (1992): *The battered woman and shelters: the social construction of wife abuse*, Albany: State University of New York.
- PINTO, J. Madureira (1984 e 1985): “Questões de Metodologia Sociológica (I), (II), (III)”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc Van (1992): *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- ROSENBAUM, Alan (1988): “Methodological issues in marital violence research”, in *Journal of Family Violence*, nº 2, New York, Plenum Publishing Corporation, pp. 91 - 104.
- STEINMETZ, Suzanne K. (1987): “Family Violence - Past, Present and Future”, in *Handbook of Marriage and the Family*, Marvin B. Sussman et al. (eds.), New York, Plenum Press.
- STRAUS, Murray A. (1988): *Behind closed doors: violence in the american family*, Newbury Park, Sage.